

As tempestades na rota do presidente

Ana Beatriz Magno
Da equipe do Correio

O alarme tocou sete vezes em quatorze meses na cabine de comando do governo Fernando Henrique Cardoso. Nenhuma foi mais preocupante do que a última vez, na quarta-feira passada, quando o presidente e seus auxiliares acordaram certos da vitória e foram dormir amargando duas derrotas no Congresso: a criação da CPI dos bancos e o fracasso da reforma da Previdência.

Foi a primeira vez que a tripulação governista apanhou feio no Congresso e perdeu o rumo. Em outras situações de alarme, o avião do governo balançou, mas aguentou-se. A seguir, a história de cada um desses momentos.

A primeira tempestade: sombrero e barganha

Em 20 de dezembro de 1994, o governo mexicano tentou desvalorizar moderadamente sua moeda. Os investidores se apavoraram, o peso despencou e o efeito tequila respingou no real. Fernando Henrique assumiu a presidência em 1º de janeiro tendo que provar que o Brasil não era México.

O Congresso aproveitou a confusão para dar seu primeiro sinal de corporativismo. Usou o efeito tequila para retardar a aprovação de Pécio Arida, indicado pelo Executivo para a presidência do Banco Central. O Senado, na queda de braço com o governo, condicionou o aval a Arida ao apoio da bancada governista ao senador Humberto Lucena (PMDB-PB).

Lucena fora flagrado usando a gráfica do Senado para imprimir material de campanha eleitoral. O senador terminou inocentado e Arida tomou posse.

Nova turbulência: a banda e os juros

O compra-compra acabou. No dia 7 de março de 1995, o Real virou Real 2. Preocupado com explosão de consumo, o governo baixou um pacote de medidas impopulares.

Desvalorizou a moeda, elevou a taxa de juros e pôs o real a flutuar entre os limites de uma banda cambial — um sistema que permite a correção progressiva do valor do dinheiro brasileiro em relação ao dólar.

As críticas não demoraram. A chiadeira contra os juros altos veio primeiro dos Estados Unidos, pela boca do ex-ministro da Fazenda Ciro Gomes.

O governo demorou a reagir. Reagiu em abril. O ministro da Fazenda, Pedro Malan saiu de sua timidez e acusou os pessimistas de serem os covetes do Real.

Contra-ataque mesmo, duro, só no final do mês, quando o governo percebeu que o descontentamento com a política econômica ameaçava reformas constitucionais fundamentais para o projeto político dos tucanos e seus aliados. No dia 23 de abril, Fernando Henrique passou a tarde ao telefone e arrancou no gôgo o apoio dos parlamentares dissidentes às reformas.

Graças ao bom papo do presidente foi quebrado o monopólio da distribuição de gás. E, por 36 votos contra 15, a comissão de Constituição e Justiça aprovou a emenda da reforma da Previdência.

Fogo no avião: petroleiros em greve

Os petroleiros entraram em greve em 3 de maio de 1995. Foi o primeiro grande incêndio trabalhista que o governo enfrentou — e apagou. Depois de 31 dias parados, os grevistas voltaram ao trabalho sem ter ganho um tostão. Até hoje enfrentam problemas na Justiça para pagar os prejuízos

provocados pela paralisação.

No começo da madrugada de 24 de maio, Fernando Henrique mandou o Exército ocupar quatro das 11 refinarias da Petrobrás em greve. Quase 19 horas mais tarde, enquanto a falta de gasolina irritava brasileiros nas filas dos postos, o governo dava olé na oposição no plenário da Câmara.

Por 348 votos contra 140, os governistas derrubaram o monopólio estatal das telecomunicações. Ponto para o ministro das Comunicações, Sérgio Motta. No dia da votação, ele não saiu do telefone. Foram mais de 80 telefonemas para os deputados em cima do muro. A oposição desanimou, a greve murchou. Acabou no dia 2 de junho.

Tratores e caminhões na pista

Os agricultores desembarcaram em Brasília na noite de 17 de julho. Engarrafaram o Eixão. Tinha caminhoneiro de todos os cantos do país. Ao todo eram 80 tratores e 20 caminhões.

Wanderlei Pozzembom 6.03.96

Vieram a Brasília para reclamar da taxa de juros e pedir o renegociação da dívida agrária. O auê dos agricultores chegou ao Congresso quando o deputado ruralista Nelson Marquezelli (PTB-SP) desafiou o ministro do Planejamento, José Serra, durante uma sessão da Comissão de Agricultura.

Marquezelli entregou ao ministro uma cenoura. Serra não gostou, perdeu a compostura e cobrou respeito do deputado.

Sitiado pelos tratores, o governo recuou. Renegociou a dívida a juros baixíssimos.

Pimenta no vatapá: o Econômico quebrou

Veio agosto e o mau agouro funcionou. Na noite do dia 11 de agosto, o Banco Central decretou a intervenção nos bancos Econômico, Mercantil (o de Pernambuco) e Comercial de São Paulo. Estavam falidos e o BC desistiu de sustentá-los.

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) virou fera. Estre-

lou uma marcha ao Planalto. Cerca de seu séquito, caminhou do Congresso até o Palácio. Foi dizer ao presidente que não iria engolir a intervenção calado. Voltou, a pé, para o Congresso xingando o Executivo.

Recorreu a bravatas, ameaçou o governo com dossiês que nunca chegaram. O presidente da Câmara, Luis Eduardo Magalhães (PFL-BA), filho de ACM tomou as dores do pai e também foi se queixar no Planalto. Os Magalhães não tinham o que dizer para seus eleitores na Bahia.

O governo foi obrigado a negociar. O BC botou no dinheiro no Econômico, saneou parte do banco e acabou intermediando a venda para o Excel. A novela, no entanto, só terminará em abril, quando esperase que o banco reabra sob nova direção.

Jogo pesado: o Sivam e a pasta rosa

O governo ainda não acabara de

se recuperar dos abalos políticos provocados pela intervenção no Banco Econômico quando, em 17 de novembro, o presidente Fernando Henrique soube que a Polícia Federal grampeara o telefone do embaixador Júlio César Gomes dos Santos, chefe do cerimonial do Palácio.

O grampo, instalado para investigar suposto envolvimento do embaixador com tráfico de drogas acabou revelando uma perigosa conexão entre o Planalto e a empresa americana Raytheon — escolhida para instalar os radares do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM).

Fernando Henrique demitiu o embaixador, mas não apurou o tamanho da promiscuidade entre a empresa americana e o governo. Fez de tudo para descobrir quem havia mandado pôr o grampo. As suspeitas caíram sobre o presidente do Inbra, Francisco Graziano, que acabou saindo do governo.

A turma do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), ainda in-

conformada com a história do Econômico, festejou a intriga. O Senado criou uma comissão para investigar o contrato com a Raytheon. ACM ficou com a presidência da Comissão e por várias usou a possibilidade de derrubar o Sivam para atazanar o governo. Ao final, concluiu pela legalidade do contrato.

Não bastasse o Sivam, em 15 de dezembro, uma sexta-feira, surge novo complicador das relações entre o governo e o senador Antônio Carlos: a pasta rosa, um documento com as planilhas das doações do Econômico para campanhas políticas. Entre os nomes de políticos baianos, as iniciais de ACM, que voltou a atacar duramente a direção do Banco Central, a quem responsabilizou pelo vazamento dos nomes.

Pouso forçado na quarta-feira, 6 de março

O vice-presidente Marco Maciel estava a postos. Sabia da gravidade da situação e esperava que o presidente Fernando Henrique o chamasse a qualquer momento. Eram 15h da última quarta-feira e o Senado acabara de aprovar a CPI dos bancos, uma das maiores derrotas do governo.

Maciel sabia que FHC o convocaria para discutir a crise. Enquanto aguardava, fez telefonemas, recebeu ministros, pediu a lista dos traidores. O primeiro a chegar no gabinete de Maciel, no sub-solo do anexo do Palácio do Planalto, foi o ministro do Meio Ambiente, Gustavo Krause, pefelista e pernambucano como Maciel.

Krause soube da notícia pela rádio CBN. Correu ao encontro do amigo, mestre e correligionário, queria ouvir conselhos. Encontrou um vice nervoso e tenso.

“É fogo, a gente se esforça tanto e acaba acontecendo uma coisa dessas na última hora”, disse Maciel, antes de sentar em sua poltrona na sala íntima do gabinete (ele só recebe na saleta, nunca na mesa de trabalho).

Raposa velha, expert em crises políticas, Marco Maciel deteve-se no mapa dos votos. Krause também já tinha no bolso sua lista dos traidores. Primeiro quiseram saber de seu rebanho. Quantos senadores de PFL assinaram o requerimento pedindo a CPI dos bancos? Foram apenas dois, ambos do Tocantins.

Comentaram o tamanho do constrangimento que o presidente passaria na viagem para o Japão (FHC viajou ontem) — o governador do Tocantins, Siqueira Campos estava escalado para viajar no mesmo avião de Fernando Henrique.

Depois puseram a lupa nos outros partidos. Estacionaram no senador José Sarney (PMDB-AP) e sua turma.

Ficaram indignados com articulação dos sarneysistas para limitar as investigações da CPI ao governo Fernando Henrique. Era moletagem, concluíram.

Durante a conversa, Maciel deu quatro telefonemas. Ligou para o presidente do PFL, Jorge Bornhausen, para o secretário da presidência da República, Eduardo Jorge, para os senadores Elcio Álvares (PFL-ES), líder do governo, e Sérgio Machado (CE), líder do PSDB.

Todos foram unânimes. A CPI precisava ser abortada a qualquer preço. Valia tudo para evitar o risco de desestabilização do mercado financeiro. O preço: “Faxina, pau e pão”, ensinava Krause, na saída do encontro com Maciel.

Já eram 17h, a secretária do gabinete presidencial dera seu primeiro toque para a vice-presidência. Queria marcar o encontro entre Maciel e FHC.

A quarta-feira ainda ficaria pior. À noite, a Câmara derrubou a reforma da Previdência. E a oposição comemorou o estrago com seu novo amigo José Sarney.



Quarta, 6 de março: no pior dia do governo Fernando Henrique, parlamentares da oposição comemoram a derrubada da reforma da Previdência